

Risco e catástrofe: a seca no Estado de São Paulo

Marta de Araújo Pinheiro¹

Resumo: Interrogação sobre a passagem do parâmetro do risco para o da catástrofe na emergência do problema da mudança climática como construção e gerenciamento do tempo presente. O tratamento metodológico é composto por análise bibliográfica sobre risco e catástrofe e por levantamento da cobertura jornalística sobre a exaustão do Sistema Cantareira e o prolongado período de secas, no Estado de São Paulo, durante o ano de 2014.

Palavras-Chave: risco; catástrofe; mudança climática; Sistema Cantareira; mídia

*Risk and catastrophe:
the drought in the state of São Paulo*

Abstract: This paper asks the passage of the risk model to the catastrophe at the emergence of climate change as construction and management of the present time. The methodological approach is bibliographic analyses of risk and catastrophe and a survey of news coverage about the exhaustion of the Cantareira System and the long period of drought in the state of São Paulo during the year of 2014.

Keywords: risk; catastrophe; climate change; cantareira system; media

Desde meados dos anos 1980, risco e incerteza se tornaram temas comuns (sociedade de risco, modernidade reflexiva, modernidade líquida) associados às questões de segurança, biopolítica e governança e cobrem amplos domínios como: desastres ambientais, doenças, terrorismo, acidentes, economia. A convicção de que o risco é uma característica da sociedade contemporânea é também o parâmetro para analisá-la.

A ascensão da mudança climática como tema ambiental de destaque neste século, o discurso sobre suas consequências passa a oscilar entre o controle dos riscos previsíveis, com a promessa de uma revolução verde-

¹ Doutora em Comunicação e Cultura, Professora Associada na Escola de Comunicação (ECO), UFRJ e do Programa de Pós-Graduação Comunicação e Sociedade, da UFJF. Participa do Grupo de Pesquisa “Coordenação Interdisciplinar de Estudos do Contemporâneo” (CIEC).

tecnológica, e a encenação de uma iminente catástrofe, com seus desastres apocalípticos. Passamos do risco à catástrofe?

Podemos fazer uma distinção entre os dois discursos: apela-se para a noção de risco para gerenciar as contingências através da segurança, o que indica a presença cada vez mais intensa do controle do tempo presente pelo medo e pela proteção; já a noção de catástrofe traz consigo a ambiguidade entre o sentido de fim e a impotência diante dele, além do impedimento da continuidade, uma ruptura incalculável com a reversão do que é esperado ou determinado, indicando assim os limites do nosso conhecimento².

Este artigo interroga a passagem do predomínio do parâmetro do risco para o da catástrofe na emergência do problema da mudança climática como uma construção, interpretação e gerenciamento do tempo presente. Isso não quer dizer que a mudança climática não ocorra. Mas o que nos leva a indagar é o que está em jogo na evocação da catástrofe e dos riscos climáticos como formações discursivas.

Assim, a tentativa não é descobrir quais discursos são verdadeiros ou quais são falsos. O que pretendemos interrogar são os possíveis efeitos produzidos por tais discursos quando colocados em funcionamento, pois, “vivemos em uma sociedade que, em grande parte marcha “ao compasso da verdade” - ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm poderes específicos” (Foucault, 1979: 231). Portanto, o que buscamos detectar são modos e efeitos de verdade produzidos como “regimes da verdade” na formação dos discursos enquanto práticas. Exploramos esta indagação em um estudo de caso sobre a cobertura da seca no Estado de São Paulo, durante o ano de 2014 , no jornal O Globo.

Trajetória ambiental

O ambientalismo tradicional clamava pela preservação dos recursos e da vida selvagem, pela prevenção da poluição e foi substituído na

² *Katastrophé* (gr) é ‘reviravolta’. Na tragédia clássica significa a conclusão ou consumação da ação trágica; o acontecimento principal, decisivo e culminante da tragédia, no qual a ação se esclarece inteiramente, e se estabelece o equilíbrio moral (Aurélio s/d, p. 296).

contemporaneidade por uma agenda de mudanças climáticas. O Relatório Meadows (Meadows, 1973), lançado em 1972 como “Limites do Crescimento”, argumentava que as raízes da crise ambiental residiam no crescimento exponencial da população e a catástrofe era inevitável já no final do século passado, causada pela exaustão dos recursos e pelas taxas de mortalidade crescentes devidas à poluição e à carência de alimentos. Defendia a necessidade urgente de se atingir um equilíbrio global através do reconhecimento dos limites do crescimento econômico e populacional. O otimismo tecnológico não poderia desviar a atenção de um problema mais fundamental que era o problema do crescimento num sistema finito.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, já esboçado na Conferência de Estocolmo, em 1972, e fundamentado posteriormente, em 1987, no “Relatório Brundtland” (CMMAD, 1991), buscou deslocar a causalidade do aumento populacional – de que, segundo a perspectiva do Relatório, os países mais pobres seriam os responsáveis por tal desequilíbrio – para uma solução que pretendia conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, diminuindo assim o ritmo da exploração da natureza. Isto a fim de legar a natureza como recurso às gerações futuras.

Desde a Conferência de Estocolmo, a preocupação com o meio ambiente traduzia-se em criar estratégias de gestão em todos os países para sua preservação que não descartava uma direção de crescimento e desenvolvimento, o que tornava a natureza um bem. O discurso de desenvolvimento sustentável seria aceito se demonstrasse que a preservação ambiental poderia também gerar o crescimento do mercado, o que foi chamado de modernização ecológica.

No século XXI, a mudança climática torna-se símbolo de nossa relação com o meio ambiente e tornam-se cada vez mais visíveis no discurso público. O conceito de desenvolvimento sustentável seria mais normativo ao indicar os comportamentos desejáveis de acordo com os contextos sociais e políticos de cada momento histórico. A questão climática, para estabelecer o que é desejável ou correto, traz consigo um embate entre interesses que extrapolam esses limites do desejável que ainda eram possíveis de serem disputados em relação

ao desenvolvimento sustentável, pois a mudança global não afeta os países de forma igual, apesar de atingir a todos.

Isso porque a partir do predomínio da mudança climática³ como tema principal da questão ambiental, os responsáveis agora são todos os habitantes da Terra, cujos danos aparecem dispersos em tabelas abstratas de riscos estatísticos. Ao mesmo tempo, a “economia verde” coloca a natureza como recurso às gerações futuras pela ausência daquilo que pode afetá-la. Comercializá-la como um ativo imaterial, no sentido daquilo que se deixa de produzir, o CO₂⁴. Entre a catástrofe anunciada e as promessas de uma nova economia, a bandeira ecológica se torna um campo de disputas em torno do que seria o nosso futuro e de como governá-lo.

A Conferência do Rio (2012) traz com ela um discurso emblemático dessa disputa ao promover a precaução e a incitação de ação acima do risco. A principal diretriz do evento indica a apropriação do risco pelas coletividades, na ideia de que a incerteza compartilhada é um fator potente de sua redução, insistindo sobre a irreversibilidade dos danos eventuais. Para tal, é necessário levar em conta para a ação presente um cenário da catástrofe. Quando se chama pela biossegurança ampla e geral e/ou pela proteção do planeta, é porque os fenômenos ecológicos indicam a possibilidade de catástrofes irreversíveis. Ao propor medidas preventivas, mesmo na incerteza de suas ocorrências, é para se evitar o pior.

Encontramos em relatórios da Rio+20 indicações da passagem do parâmetro do risco para o da catástrofe. O risco se prevê e se mede em função de uma escala de gradação. Quando a redução dos riscos de desastres e a

³ Cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgaram no dia 27 de setembro de 2013, em Estocolmo, na Suécia, a primeira parte de seu quinto relatório de avaliação (AR5). Com base na revisão de milhares de pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, o documento apresenta as bases científicas da mudança climática global.

⁴ Segundo estimativa da seguradora SwissRe, o custo das catástrofes naturais e de origem humana ocorridas no mundo durante o ano de 2013 vai alcançar 130 bilhões de dólares.

construção da resiliência⁵ se tornam temas eleitos, como no enunciado “construir resiliência por meio de redes sólidas de segurança, redução de risco de desastres e planos de adaptação”⁶ (Nações Unidas, 2012: 9), temos a indicação de que agora está sendo privilegiado o princípio de precaução e adaptação, distinto da prevenção presente nos relatórios anteriores. O primeiro supõe levar em conta somente os riscos potenciais, não porque sejam julgados como menos perigosos, mas porque o conhecimento sobre eles é mais falho. Eles não são improváveis, eles são hipotéticos. É a confissão de uma impotência, fracasso na prevenção e má avaliação de sua potencialidade.

O risco de desastres representa um grande desafio ao desenvolvimento sustentável. Terremotos, inundações, secas, furacões e tsunamis têm impactos devastadores sobre as pessoas, o meio ambiente e as economias. Os níveis de risco estão aumentando em razão de fatores como as alterações climáticas, a pobreza, as falhas de planejamento e gestão no ordenamento territorial e a degradação dos ecossistemas. As instituições de governança podem ter uma grande influência no enfrentamento e na capacidade de adaptação das comunidades locais (Nações Unidas, 2012:1).

Mudança climática e sociedade de riscos

O marco inicial da emergência de riscos incalculáveis foi a explosão da primeira arma nuclear, no Novo México, EUA, em 16 de julho de 1945. O mundo foi alertado pelo Projeto Manhattan sobre sua aniquilação diante do espectro do incalculável. Naquele momento, passamos do risco como cálculo de probabilidades à catástrofe global. Chernobyl, na Ucrânia, por sua vez, no ano

⁵ O conceito de resiliência tem sua origem na Ecologia, sendo a primeira vez no artigo de Holling em 1973, “Resilience and stability of ecological systems”, que dizia: a persistência de relações num sistema; uma medida da capacidade dos sistemas em absorver alterações das suas variáveis de estado, das suas variáveis determinantes e dos seus parâmetros, continuando a perdurar no tempo. . Inicialmente aplicado a sistemas ecológicos, posteriormente foi empregado para explicar a dinâmica de sistemas socioeconômicos e vem recebendo contribuições importantes nas ciências sociais e políticas, explicitadas na emergência do conceito de capacidade adaptativa, que traz a questão da governança, focando na dimensão institucional e nos limites sociais, econômicos, políticos e culturais à adaptação humana às alterações ecossistêmicas. Mas todas as noções derivadas de resiliência em várias disciplinas derivam, em sua essência, de um corpo teórico baseado na teoria de sistemas e na teoria da complexidade. Resiliência é adaptar-se ao mundo externo e estar consciente que neste processo de adaptação, o mundo está sendo refeito. Adaptação é um processo no qual como nós adaptamos o contexto no qual a adaptação tomará lugar (Walker and Cooper, M: 2011).

⁶ Cf. <http://www.onu.org.br/docs/gsp-resumo.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2013.

de 1986, mudou a natureza da catástrofe: não são somente cidades destruídas, mas uma região congelada para a eternidade, uma guerra sem inimigos declarados, cujos heróis foram vencidos: nove milhões de habitantes das zonas contaminadas é a face visível da nova vida cotidiana de se “viver o fim” após o desastre, sobrevivência condenada aos territórios contaminados e sem data para término previsível.

Mais recentemente, Fukushima (2011), no Japão, introduz a catástrofe que associa o natural e o humano como nunca antes. Três anos depois do tsunami que causou o acidente da usina no Japão, a descontaminação nuclear não tem prazo para terminar: ela deve durar quatro décadas para limpeza e desativação do complexo da central nuclear. Além da imagem congelada da cidade, essa catástrofe torna visível uma figura social, “os ciganos nucleares”, desempregados e desalojados pela catástrofe que se tornam mão de obra barata e precária, expostos à contaminação em condições de trabalho vulnerável. As vítimas da catástrofe se tornam os “novos trabalhadores dos dejetos nucleares” (Sarmiento, 2014). Sobrevivem na condição de estarem vivendo para a morte anunciada.

Alguns anos antes, o furacão Katrina, em 2005, ocorrido na cidade de Nova Orleans, na Flórida, nos EUA, torna-se um exemplo da vulnerabilidade à catástrofe e sua complexidade atual ao sobrepor um desastre natural, cuja intensidade para muitos cientistas se deve à mudança climática, à tecnologia humana, só que a falha dessa tecnologia foi justamente o colapso de um sistema de diques erguido para proteger os residentes e que contribuiu para que a cidade fosse invadida em 80% da sua área e contaminada massivamente com óleo, pesticidas, lixo que tomaram os rios. Catástrofe natural e humana que deixou visível uma população abandonada e vítima não só do furacão e da enchente como do isolamento social.

Na última década, no mundo todo ocorreu um aumento na frequência e gravidade dos riscos, tais como inundações, secas e ciclones. O número de desastres climáticos triplicou em 30 anos (Oxfam, 2013: 2). A capacidade das comunidades para lidar com estes desastres foi contestada pela degradação ambiental e conflitos prolongados. Os pobres foram mais propensos a choques

sistêmicos através dos preços dos alimentos, que são mais voláteis do que nunca, enquanto a falta de redes de segurança social deixa populações altamente vulneráveis a grandes choques (Oxfam, 2013: 3). Só na região serrana do Rio de Janeiro, em de 2011, ocorreram quase mil mortes nos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo, Teresópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim e Areal. O número de desalojados nestes municípios passou das 35 mil pessoas.

Desde os anos 80, os diagnósticos sociológicos erguem a categoria de risco como principal característica das sociedades contemporâneas. De acordo com essa interpretação, o trabalho de pesquisadores está focado em identificar o que leva a acidentes como a explosão de um reator nuclear (Chernobyl, 1986) ou uma fábrica de produtos químicos (Sandoz, 1986).

A categoria de risco foi concebida como principal característica das sociedades contemporâneas (Giddens, 1991), (Beck, 1986), (Luhmann, 1993). Os riscos que a sociedade moderna enfrenta são em parte impulsionados por ela sendo os desastres como um déficit de reflexividade. Uma democracia inacabada por Ulrich Beck, o uso generalizado de especialistas por Anthony Giddens, ou mesmo um processo para reduzir a complexidade envolvida na manutenção e sobrevivência de um sistema, psíquico ou social, por Niklas Luhmann.

O sociólogo Ulrich Beck (2010), mais recentemente, faz uma distinção entre riscos climáticos e catástrofes climáticas. Os primeiros são antecipações no presente das catástrofes futuras para preveni-las. Esse futuro presente dos riscos “é real” e o futuro das catástrofes é ainda irreal. Para ele, a antecipação da mudança climática traz transformações aqui e agora, o que significa que a mudança climática não significa diretamente o apocalipse, pois traz também a oportunidade de ultrapassar os limites dos Estados em termos políticos e desenvolver uma política cosmopolita aplicável aos interesses nacionais.

A mudança climática difere dos desastres humanitários pelo impacto ainda incerto, pois é um desastre em potencial, mas compartilha com os demais o problema de designar instrumentos técnicos e políticos que podem se expandir para além das fronteiras, governos e atores institucionais, já que os

riscos da mudança climática requereriam a cooperação transnacional. Tal direção, para Beck, esbarra na capacidade de os governos nacionais sacrificarem seus interesses em relação ao crescimento econômico. Onde o risco é normalmente visto como propriedade de um futuro indeterminado, ele passa a ser concebido como extrapolação dos infortúnios que já conhecemos no tempo futuro e tentamos controlar.

Mas o que Beck não destaca é que, como o futuro, na concepção de risco, é uma projeção do que já conhecemos historicamente extraíndo padrões para antever tendências, ele é necessariamente parcial e seletivo caso interpretado diferentemente. Os infortúnios são diferentes quando vistos pelas vítimas e quando vistos, por exemplo, pelas empresas causadoras de algum dano. Para Beck, o risco formaria a base da socialização pela capacidade de construir comunidades de risco que ultrapassariam os limites nacionais, pois o risco global escaparia ao sensor humano. A reflexividade moderna condiciona o processo de trazer o risco visível por meio de uma ciência publicizada. O que emerge das análises de Beck é a capacidade de agir racionalmente diante dos riscos pelo aumento do conhecimento sobre ele, a redenção mediante um conhecimento científico mais acurado.

Na abordagem sobre a sociedade de riscos, a noção de risco remete ao princípio de segurança e prevenção. Aceita-se o risco para reintegrá-lo. O que já seria distinto no parâmetro da catástrofe que possui como hipótese o pior, e o problema parece ser menos determinado só por questões racionais ou só por bases sociais e econômicas.

A catástrofe na cultura

As concepções das sociologias do risco foram muito contestadas, principalmente por autores culturalistas por elas considerarem toda a sociedade e todas as classes sociais expostas aos riscos e às catástrofes da mesma forma e no mesmo grau de intensidade

O historiador François Walter (2008) propõe, na contramão de uma sociologia dos riscos, uma história cultural dos medos coletivos ao retratar entre

os séculos XVI e XXI a transformação da noção de catástrofe e as percepções que os homens fazem de sua existência e dos perigos que os circundam. A abordagem cultural é um modo de interpelar como e por que se formam julgamentos e como eles são dependentes do contexto social e histórico. O importante seria compreender como os grupos sociais selecionam e concebem o que seriam o risco e a catástrofe. Walter concebe uma periodização marcada por leituras providencialistas até o século XVIII, racionalistas até a segunda metade do século XX, e depois antrópicas marcadas pelo sentimento de vulnerabilidade causado pela capacidade de autodestruição dos homens modernos.

A primeira cesura é quando os céus passam a ser regradados por leis matemáticas e pela emergência de éticas operacionais que irão caracterizar uma primeira modernidade. Entre os dois momentos, o romantismo e a filosofia da história destacam a crueldade da natureza e a marcha do progresso, em que forças superiores agem tanto nas catástrofes quanto nas revoluções que fazem tremer as sociedades humanas. A segunda cesura, nos fins do século XX, é quando a noção de risco se torna plenamente operativa. A sociedade de risco não teria grandes intercessores e nem grandes forças extra-humanas. Agora, toda catástrofe possui um formato humano. Esta sequência é uma secularização em duas etapas. As catástrofes foram deslocadas para um registro que denuncia a irresponsabilidade das atividades humanas e a falta coletiva.

Estará a catástrofe, nessa perspectiva cultural, substituindo o paradigma do risco hoje? O termo catástrofe agrupa acontecimentos bastante heterogêneos, pois nele cabem cataclismas de origem natural, os produzidos pela vontade humana (atentados) ou pela incapacidade humana (acidentes). A catástrofe acentua mais as consequências de um acontecimento do que suas causas: definir o que é consequência da natureza ou efeito da ação humana é acessório, pois se torna frequentemente difícil avaliar o que está na origem de uma catástrofe, como a mudança climática e o pane nos reatores da usina nuclear. Assim quanto ao seu impacto, entre as catástrofes premeditadas e as que não são, como o naufrágio de um navio de refugiados nas costas da Itália e o tsunami na Tailândia, o que seria próprio da catástrofe no nosso mundo onde as fronteiras entre natural e artificial são menos nítidas?

A mudança climática, o terrorismo ou os desastres vem sendo categorizado como catástrofes no sentido em que rompem as expectativas e as simulações, recursos que poderiam antever sua causalidade e sua ocorrência. Numa perspectiva que se descola tanto de certo realismo do risco, como encontrado na sociologia do risco, quanto de um culturalismo, tal como descrito em uma história cultural, poder-se-ia problematizar sobre riscos e catástrofes de modo a explorar as condições sob as quais respostas possíveis podem ser dadas.

No risco buscam-se estratégias para reduzir, domar e calcular o desconhecido; já a catástrofe, ela é irreduzível ao cálculo do risco, ou à oposição entre risco e incerteza. É mais um estilo conjectural (Ardaud e Munster: 2011), pois se aspira acessar o invisível e o desconhecido com cenários fictícios e simulações do inesperado em oposição à discussão de tendências. O conhecimento dos acontecimentos futuros não é derivado das tendências, mas de conjecturas; o que conta na governança da catástrofe é o próximo evento, aquele que é inesperado e traz a destruição em larga escala e a mudança radical. E esta governança coexiste com desafios morais diante do que a sociedade considera relevante ou não: no jogo dos desastres e das catástrofes, o que merece ser salvo? O que se espera para o futuro após a catástrofe?

Nessa perspectiva, Aradaud e Munster (2011) argumentam que os acontecimentos contemporâneos, entre eles, a mudança climática, não são mais reduzíveis aos problemas dos perigos, riscos, acidentes, crises, emergências ou desastres. Distintamente dos outros termos, a catástrofe invoca um futuro imprevisível, uma interrupção do presente de difícil clarividência. É um ponto de virada em direção a um futuro inesperado. Ela é uma figura do tempo (id., p. 9) que recoloca a questão da temporalidade por ser um momento de radical interrupção e de novidade, mesmo que trágica. Se o risco introduz um conjunto de possibilidades finitas, a catástrofe mudaria os limites dessas possibilidades. Nessa direção, Neyrat (2008, p. 35) acrescenta ser necessário pensar a catástrofe situada entre o acidente, o qual pode acontecer e não romper com a continuidade histórica, e o apocalipse, como sendo a última descontinuidade. É neste sentido que a catástrofe seria também o limite do conhecimento, quer dizer, o desconhecimento radical.

À medida que as catástrofes são acontecimentos com impactos excepcionais, diferentemente dos riscos, elas clamam por uma resposta. Os motivos de urgência levam a novas formas de governabilidade em que o poder público, o militar, o das ONGs, a sociedade civil atuam em nome dos novos paradigmas de segurança, do humanitário e de alívio (Revet e Langumier, 2013). Quais os recursos políticos e críticos que aparecem nestas situações excepcionais? Que concepção de “segurança” tais intervenções chamam? Quais atores e especialistas são nomeados para intervir nas situações?

É nesta perspectiva de uma virada a um futuro menos previsível e guiados pelas perguntas acima que propomos como estudo de caso a cobertura jornalística sobre a exaustão do Sistema Cantareira, no ano de 2014, no Estado de São Paulo, devido ao prolongado período de seca, que para muitos especialistas foi causado pelas mutações climáticas e descuido ambiental dos mananciais que o compõem.

A seca no estado de São Paulo

O Estado de São Paulo vive a maior crise hídrica da sua história. Mais de 60 municípios enfrentam a falta de água e o racionamento já atinge milhões de pessoas. Reservatórios e rios estão em níveis críticos e as previsões climáticas não são animadoras.

O Sistema Cantareira é destinado à captação e ao tratamento de água para a Grande São Paulo para abastecer cerca de 9 milhões de pessoas e é composto por seis represas. Em maio de 2014, devido ao prolongado período de secas na região que abastece o Sistema, seus reservatórios atingiram 8,2% de sua capacidade utilizável, o pior nível desde 1974, ano em que foi criado. Em 24 de outubro de 2014, o nível dos reservatórios do sistema Cantareira, incluindo a primeira cota da reserva técnica, atingiu 2,9% de sua capacidade. Para muitos ambientalistas, o Cantareira corre sérios riscos de degradação ambiental com a construção do Trecho Norte do Rodoanel, projeto que tem sido objeto de intensa controvérsia, por atravessar a Serra da Cantareira e o Parque do Horto Florestal, prejudicando as nascentes dos rios. Segundo os resultados do projeto

Água@SP, estudo que teve como base uma pesquisa com mais de 280 especialistas de 60 municípios, a situação atual é resultado da combinação de alguns fatores como:

a) ênfase dos governos na retirada de mais água, e não no uso racional desse recurso; b) desmatamento nas áreas de mananciais e poluição das fontes de água em quase todo o estado; c) seca extrema e déficit de chuvas, em especial no Sistema Cantareira; d) pouco espaço de participação e transparência quanto à gestão da água. Tudo isso agravado por pela resistência dos governos em tomar medidas mais firmes em um ano eleitoral (Valle e Camargo, 2014).

Neste artigo, analisamos a maneira pela qual a agenda pública em relação à iminência de uma situação “catastrófica”, a absoluta falta de água, foi conduzida pela mídia, especificamente por um jornal de grande circulação. Com este objetivo foi realizada no Jornal O Globo⁷ uma pesquisa exploratória entre os meses de janeiro e outubro de 2014. Foram selecionados eletronicamente textos jornalísticos que contivessem as palavras-chaves Sistema Cantareira e São Paulo. Foram encontradas 85 matérias e delas foram objetos de investigação somente os títulos dos textos jornalísticos, pois eles servem, mesmo que de modo superficial, para sensibilizar o leitor sobre o que estará ao longo do texto.

A primeira alusão ao problema aparece em 07 de março de 2014, com o título de “Alerta no Vale do Paraíba” e a última foi a do dia 24 de outubro⁸, “Prioridade deveria ser água para uso humano, diz ministro do TCU”, indicando a trajetória da questão que pertence a todos, a do alerta dado pela imprensa à proposição de solução por parte do Tribunal de Contas Públicas.

O corpus analisado constou de 34 matérias já que das 85 matérias iniciais foram excluídas editoriais, colunas assinadas, artigos de opinião. Neste material, analisado pode-se identificar a seguinte classificação:

1. Doze títulos envolvem litígios entre prefeituras e Estados, ações judiciais, querelas entre limites territoriais sobre acesso aos rios, acordos e acusações entre empresas de abastecimentos, o Estado e prefeituras:

⁷ A média de circulação do O Globo, no ano de 2013, foi de 267.542. Disponível em: <http://www.anj.org.br/majores-jornais-do-brasil>. Acesso em setembro de 2014.

⁸ A crise do Sistema Cantareira continua até o momento de elaboração deste artigo. A data de 24 de outubro de 2014 refere-se ao término do levantamento de dados da pesquisa.

“Cedae e prefeituras do Estado do Rio criticam propostas do governo” (20/03) ; “São Paulo propõe acordo com Rio sobre Paraíba do Sul”(22/03); “Alkmin reclama que Estado do Rio usa Paraíba para gerar energia”(25/03); “MPF move ação para impedir transposição do Paraíba do Sul”(29/05); “Paraíba do Sul: Justiça quer ouvir envolvidos”(30/05); “MPF pode ir à Justiça para racionar água” (02/08); “São Paulo ameaça ir à Justiça”(12/08); “Guerra da água. Abastecimento em risco”(13/08, p. 21); “Governadores dizem que solução para crise cabe a órgãos federais”(13/08, p.22); “Wikipedia é alterada para atacar Alkmin sobre água”(29/08); “Justiça proíbe uso do segundo nível de volume morto em São Paulo”(11/10); “Crise da água: TCU investiga responsabilidade federal”(23/10).

2. Doze títulos têm em comum o alerta e o anúncio da catástrofe futura caso a crise continue: “Alerta no Vale do Paraíba” (07/03); “Reservatório da Cantareira chega a 30% do seu nível (06/05); “Cantareira: volume morto vai ser usado” (12/05); “Nível do sistema Cantareira cai a 8,2% e volume morto começa a ser usado” (16/05); “Granizo muda paisagem de São Paulo mas não melhora nível do Cantareira”(20/05); “Em São Paulo, a pior crise de abastecimento da História” (20/07); “Retrato desolador. Assim como no sertão, o interior paulista vive pior seca em 70 anos; tráfego em hidrovias para, 3 mil são demitidos” (07/08); “Cantareira atinge menor índice da história”(21/09); “Cantareira pode secar em 57 dias”(26/09); “Rios secam e represas viram pasto no interior”(30/09); “Ameaça da seca e do fogo. Restam apenas 21,5% de cobertura vegetal no Cantareira, comprometendo as nascentes” (15/10); “Água pode acabar em setembro” (16/10).

3. Cinco títulos trazem recomendações para uma solução emergencial: o racionamento de água. Eles são os seguintes: “Alkmin: rodízio de água pode ser adotado” (10/04); “Alkmin diz que vai multar quem consumir água acima da média (22/04); “MPF recomenda racionamento de água em São Paulo” (29/07); “Racionamento atinge 29 cidades de São Paulo” (19/09); “Prioridade deveria ser água para uso humano, diz ministro do TCU” (04/10)

4. Três fazem menção à falta de investimentos no setor: “Faltam obras, falta água – Abastecimento em risco (25/03); “Crise da água: TCU investiga

responsabilidade federal (23/10); “Mais de um terço dos brasileiros tem serviço precário de água” (20/07).

5. Um título responsabiliza e culpabiliza o desperdício das cidades e consumidores: “Rio e São Paulo desperdiçam mais de 30% de água” (07/04);

6. Um título destaca solução emergencial vinda da população: “Período de seca leva paulistas a recorrer até a poços artesianos” (10/05).

Constatamos que nenhum título traz indicações sobre o passado da destruição ambiental na região, como a ocupação das margens dos rios, nascentes, desvios dos cursos d’água e os seus efeitos sobre a seca prolongada, como também não traz sobre o futuro associado às mudanças climáticas em curso. Em compensação, mais da metade deles, 24 títulos entre 34, concentra-se em anunciar a catástrofe e inseri-la em disputas jurídicas e políticas. “Governar a catástrofe anunciada” é travar uma disputa pela água, o que pode ser traduzido como: “que vença o melhor”!

Conclusão

Retraçar os discursos do risco e da catástrofe associados à questão ambiental permite entrever a possibilidade de se ultrapassar os limites nas abordagens contemporâneas em relação às expectativas de prevenção e o governo de ações futuras. A cobertura da mídia sobre tais eventos pode ser exemplar na identificação desses limites, pois a construção midiática não é neutra socialmente, tornando-se assim um local privilegiado na identificação das tensões nas promoções estratégicas sobre como governar os acontecimentos catastróficos, à medida que eles adquirem consequências que não podem ser controladas a partir de padrões conhecidos no passado e no presente: por exemplo, como será o regime de chuvas na cidade a partir de agora, caso as alterações climáticas e o mau uso do meio ambiente continuem a promover alterações? E caso essas alterações se sucedam, serão os padrões de prevenção atuais suficientes?

A partir do recorte feito no jornal O Globo sobre a seca no Estado de São Paulo foi possível perceber, no corpus selecionado, o destaque dado aos poderes

políticos e judiciários, assim como a sugestão de que o atual problema em relação à seca poderia não ter acontecido se medidas técnicas e políticas preventivas tivessem sido tomadas, como a maior conscientização do público e do consumidor. Pode-se concluir que nos títulos privilegia-se o tempo presente e sobre como atuar na urgência. Para além dos modelos de prevenção e de adaptação às decisões emergenciais, o que os títulos das matérias não apresentam são as condições de desgaste ambiental da região e as mutações climáticas globais, assim como as interações entre as populações e os dispositivos de reconfiguração que se concretizam no cotidiano, quer dizer, no momento antes, durante e possível momento “pós-catástrofe”.

O que não é dito pode ser traduzido positivamente como indicações para pesquisas futuras tais como perguntarmos como se deslocam as principais figuras genéricas que tanto autorizam as narrativas (salvador/vítima, especialista/leigo, fatalidade/tecnologia), no caso da seca de São Paulo e de outros tantos acontecimentos deste gênero? E quando se passa para uma situação de possível catástrofe, como discursos, ações e práticas lógicas caracterizam essas situações para além de uma comunicação de urgência.

Referências

- ARADAU, Claudia e MUNSTER, Rens Van. *Politics of catastrophe: genealogies of the unknown*. New York, Routledge, 2011.
- ASSESSMENT Report: *Climate change*. In: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>
- BECK, Ulrich. Climate for change, or how to create a green modernity? In.: *Theory, culture and society*. 2010, vol. 27 (2-3): 254-266
- _____. *Risk society*. London, Sage, 1992
- CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2ª ed. RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- FOUCAULT, Michel. Le souci de vérité, *Dits et écrits*, tome 4 (1976-1988), p. 646-649
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. SP: UNESP, 1991.
- LUHMAN, Niklas. *Risk: a sociological theory*. New York: Guyter, 1993
- MEADOWS, D.H. et alii (1973). *Limites do crescimento*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- NOVO dicionário Aurélio. RJ: Nova Fronteira, 1 ed.

-
- OXFAM ANNUAL REPORT 2012 – 2013. Disponível em: <http://www.oxfam.org>. Acesso março de 2014.
- PINHEIRO, Marta de Araújo. *Meio ambiente e consumo: representações na mídia impressa sob a perspectiva teórica da governamentalidade*. In Anais do Intercom 2013, realizado em Manaus, Amazonas.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – uma síntese para tomadores de decisão. 2011. Cf.: <http://www.pnuma.org.br/arquivos/EconomiaVerde_ResumodasConclusoes.pdf>.
- NAÇÕES Unidas *RIO+20: o futuro que queremos*. Nações Unidas, 2012. In: [ofututoquequeremos.org](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>. Acesso em abril de 2013.
- RENET, Sandrine e LANGUMIER, J. (Dir.) *Le gouvernement des catastrophes*. Paris: Karthala, 2013
- SARMENTO, C. Novas vítimas de Fukushima. In.: *O Globo*. 9.02.2014. p. 43
- VALLE, R. e CAMARGO, F. Coalizão da sociedade civil paulista propõe medidas emergenciais e de longo prazo para crise da água. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso em novembro de 2014.
- WALKER J. and COOPER, M. Genealogies of resilience. *Security dialogue*, 2011, vol. 14 (2): 143-160
- WALTER, François. *Catastrophes: une histoire culturelle: XVIe-XXIe siècle*. Paris, Seuil, 2008.